

PESSOA OU O EU COMO FICÇÃO

Eduardo Lourenço

Em memória de André Sauvage

“Desejo ser um criador de mitos, que é o mistério
mais alto que pode obrar alguém da
humanidade.”

FERNANDO PESSOA

Sou nada... Sou uma ficção...

A. DE CAMPOS

Do eu como instância fictícia, Pessoa compôs para si próprio uma ópera. Nascia assim um dos mitos literários mais perturbadores do nosso século, o mito do poeta sem nome próprio, criador de outros poetas em nome da única ficção que os torna possíveis: a do eu como ficção. A ópera poética de Pessoa se representa a portas fechadas entre seu eu-ficção e as ficções destinadas a lhe dar a ilusão da sua realidade. Para ele não é apenas a verdadeira vida que está ausente. Toda vida é Ausência. É preciso tornar visível, sensível, essa ausência ontológica, a inesgotável vacuidade da nossa existência. O próprio Fernando Pessoa chamou a esta manifestação de si sobre um fundo de ausência, *heteronímia*, isto é, invenção de outros *eus* tão fictícios – ou tão reais – quanto o “eu” Fernando Pessoa. A essa numerosa família de *filhos de ninguém*, o poeta da *Ode Marítima* deve uma grande parte do seu sucesso, tornado, com o tempo, universal. Fernando Pessoa é, assim, ele mesmo e o cortejo dos outros Pessoa que nós passamos a chamar, depois dele, Alberto Caeiro, Ricardo Reis, Álvaro de Campos, Bernardo Soares, António Mora, e alguns outros mais. Em suma, todo mundo e ninguém. E como todo mundo, encarnações do anonimato essencial do Eu enquanto eu moderno. O génio de Pessoa reside na antecipação. Ele multiplicou as máscaras sobre a face do Nada. Desse modo ele não a escondeu, nem reduziu. Ele a fez brilhar intensamente a fim de tornar indesculpáveis aqueles que ousassem não o perceber.

Surpresos pela teatralidade da sua *mise-en-scène* poética, um certo número de comentadores de Pessoa costuma ver na sua aventura fora do comum uma festa inaudita do texto e de seus espelhamentos infinitos. Essa festa faz parte, talvez, da sua obra, mas seria possivelmente uma festa vã e triste se ela fosse apenas oferecida em benefício

e em homenagem da pura Ficção textual. Fernando Pessoa viveu seu jogo como uma aposta de vida, mais que isso, como a aposta da sua vida. Quanto a nós, estamos livres para também ver aí os traços de uma crise que toca os fundamentos do nosso espírito e o sentido da nossa cultura. Pessoa descreveu a criação de seus inumeráveis *outros* como um “drama em gente”, ferida criadora e não apenas simples gozo de um vitorioso jogador de xadrez. Para nós, viajantes surpreendidos ou perplexos diante de seus mundos múltiplos, leitores de Alberto Caeiro, de Ricardo Reis ou de Álvaro de Campos, esse percurso pode parecer justificar a ideia de um malabarismo sem outra finalidade que não seja a do prazer equívoco da sua reverberação. Contudo, bastaria determo-nos em um de seus “criadores-criaturas” para encontrar ali, como numa mônade, a mesma e permanente tentativa, sempre frustrada, de preencher a ausência congênita do eu. Mais que nenhum outro, o heterônimo Alberto Caeiro nasceu nele para pôr fim ao estatuto de um eu fictício. Alberto Caeiro “deveria ser” o poeta cujo eu experimentaria uma conciliação da consciência com o mundo, um pagão sem necessidade de deuses, um primitivo em uníssono com um mundo reduzido à sensação do mundo. Todavia, como todos os outros heterônimos, o que ele escreve – o que ele *é* – revela a falha, a marca da ausência que constitui o eu. Essa falha é a própria consciência.

Penso e escrevo como as flores têm cor
 Mas com menos perfeição no meu modo de exprimir-me
 Porque me falta a simplicidade divina
 De ser todo só o meu exterior

Ninguém antes de Pessoa havia conferido à ideia do eu como ficção um estatuto tão paradigmático e tão espetacular. Mas não se pode confundir a aventura criadora de Pessoa com a de um Borges. Já se escreveu que Pessoa e seus heterônimos são uma espécie de invenção de Borges. Se quisermos, Borges é que poderia ser, apenas, *uma* das aventuras de Pessoa. Fernando Pessoa não é um malabarista impessoal como Borges, ficção contente de si mesma. O “eu como ficção” não é para Pessoa um achado literário, mais apto que qualquer outro a emaranhar para sempre os fios com os quais nós brincamos com o tempo e com o espaço, e vice-versa. O “eu como ficção” é para Pessoa, a realidade e o lugar de uma *busca* – uma das mais radicais do século XX – e, sobretudo, o signo de um *sofrimento*. Pessoa não foi um literato, ou uma máquina de fazer literatura, mesmo que genial. Foi um modesto empregado de escritório, sonhador, megalômano, do início do século XX, em Lisboa, com o coração, a inteligência e a alma dilacerados pelo sentimento da sua própria *inexistência*, experimentando, num mundo esvaziado de sentido, estranhas estratégias para se convencer de que possuía todas as vidas que os sonhadores que viviam nele podiam inventar.

Como Fernando Pessoa se tornou uma *figura literária*, nós temos a tentação de imaginar, em seu lugar, que ele teria conseguido ganhar a aposta que fizera, para além de todos os seus sonhos mais loucos. Não se teria ele tornado *realmente*, Alberto Caeiro, Reis, Campos, poetas de vidas lendárias muito mais credíveis que as nossas pobres

vidas quotidianas? Não se teriam eles transformado, diante dos nossos olhos, em heróis de romance? Na verdade, essa “vitória” não dissolve a história do fracasso voluntário que foi a sua vida “real”. Se Fernando Pessoa pudesse contemplar, hoje, sua “vida gloriosa” e, mais ainda, a existência mítica de seus filhos e sócias, encontraria possivelmente aí a confirmação definitiva da ideia de que todo eu é realidade imaginária. Nas horas mais sombrias da sua existência tão apagada, Pessoa nunca duvidara do sucesso da sua vida imaginária. Mas essa ideia consoladora não bastava para lhe conferir um *eu real*, o único que o teria dispensado de se sonhar incessantemente no modo da ficção. Não nos cabe, a nós, estar mais satisfeitos do que ele com aquilo que ele próprio viveu como um desastre, a menos que esvaziemos de todo sentido a aposta de suas duas vidas o verso e o reverso da única vida que ele considerava *real*, a vida da pura Ausência:

Não ser nada, ser uma figura de romance,
Sem vida, sem morte material, uma ideia,
Qualquer coisa que nada tornasse útil ou feia,
Uma sombra num chão irreal, um sonho num transe

O sentimento do eu como ficção não é para Fernando Pessoa da ordem da ficção ou da abstração, mas da ordem do *vivido*. Desde a mais tenra infância esse sentimento era experimentado por ele. Mas se isso nos interessa é como forma objetiva, como leitura do mundo e, sobretudo, como resumo do sentimento mais genérico de toda existência como Ficção. De outro modo não poderíamos compreender seu entusiasmo pela criação de outros *eus*, marcados como o seu próprio eu pela mesma vacuidade. Pessoa quer convencer-se da *realidade* do Mundo, desse tipo de realidade sobre que ele afirma nos ter sido dada como modelo de toda “realidade”. Do mesmo modo que no passado os gigantes sobrepuseram as montanhas umas às outras para escalar seus cumos, Pessoa cria os “eus” fictícios para preencher com eles o espaço sempre aberto que o separa de si mesmo porque, já de saída, a consciência o separa do mundo. Como ficção cada um desses “eus” (Alberto Caeiro, Reis ou Campos) pode fingir ou pode dar-se uma consistência ontológica, uma coerência, um sentido, que o sujeito poético correspondente ao eu real não consegue experimentar, pois este não é mais que um *não-mundo*, ausência no mundo. Para as ficções haverá *um* mundo, e esse mundo as tornará reais. Assim podemos dizer que Alberto Caeiro é *real* enquanto poeta do *presente eterno das sensações*, aquele para quem uma flor é uma flor e a realidade sua aparência; Ricardo Reis é real enquanto poeta do *presente efêmero vivido como eterno*, isto é, da realidade da própria irrealidade; como Álvaro de Campos é real enquanto poeta do *presente como lugar da contradição* ou, se preferirmos, da irrealidade da realidade. Que é justamente no modo como se relacionam que eles formam um mundo, não se pode duvidar. Mas essa aparente autonomia é, por sua vez, tão somente *a face* de um único sujeito, o do eu como ficção, que busca sua morte (sua vida) nesse baile de máscaras precárias da Heteronímia.

Há muito que sabemos que as criações de Alberto Caeiro, Reis e Campos não são para Pessoa a *solução* do seu sofrimento como um eu-ficção, antes a prova tangível, e de certa maneira teatral, da fragmentação do eu. Em nenhum lugar, na obra de Pessoa, o eu se nos apresenta de uma forma *una*. Com seis anos ele se via já como *um outro*. A Heteronímia desdobrou esse dado original até às suas consequências mais radicais levando-o, ao fim e ao cabo, a uma espécie de *aprisionamento*, pois o Poeta conheceu melhor do que ninguém a ficção da sua ficção. A rigor, e obedecendo à sua própria leitura das ficções heteronímicas, nós não deveríamos ter o direito de fingir que as ignoramos como *ficções*. Abandonado por suas próprias criaturas, não acreditando no papel que ele lhes tinha atribuído, Fernando Pessoa pensou em torná-las públicas sob o título de *ficções do interlúdio*, máscaras que se sabem máscaras. Por que nos demos nós o direito de ousar ir ainda mais longe na sua própria ficção? A resposta parece clara: as ficções de Pessoa, Alberto Caeiro, Campos e Reis enquanto tais nos tranquilizam. Através delas recriamos esse *eu* (sem ficção), cuja essencial realidade cada um deles estava destinado a ilustrar. Na linha do seu criador podemos atribuir-lhes uma vida – uma vida mais real que as de Hamlet ou Dom Quixote – um destino, uma visão de mundo, uma filosofia. Podemos sobretudo tomá-los como *seres reais*, sócias ou encarnações múltiplas de Fernando Pessoa ele mesmo, pai inconsistente e, para dizer a verdade, inexistente. Tomando literalmente a ficção poética de Pessoa, nós podemos livremente imaginar nos traços de Alberto Caeiro o poeta da Realidade; nos de Reis, o da Irrealidade; nos de Campos o da Diferença e da Diversidade; nos do autor da *Mensagem* o cantor da Vontade e do Heroísmo; ou nos traços dos poemas ocultistas o poeta da Iniciação e do Mistério. É mesmo assim que a exegese, hoje torrencial, de Fernando Pessoa, se viu no dever de considerar, para não correr o risco de um contrassenso permanente e, mais temeroso ainda, irremediável. A Ficção tomada pelo Real engendrou o labirinto da pura vertigem.

Será preciso um dia voltar ao ponto de partida e retornar literalmente ao texto de Pessoa, menos enigmático do que nos fazem crer que é. Ninguém sabia melhor que Fernando Pessoa que as suas múltiplas *máscaras*, esses *eus* diversos e literariamente *autônomos*, não eram de modo algum seus sócias ou duplos, ou puras invenções, mas sim o jogo permanente do *desdobramento* do seu único eu. Filhos desse desdobramento, cada umas dessas figuras heteronímicas se descobre por sua vez dupla: o poeta da Realidade, o da Irrealidade; o poeta da Diferença, o da Unidade; o poeta do Efêmero, o da Eternidade. Entre todas as “criaturas” de Pessoa há um espelhamento contínuo, simples reflexo em segundo grau do desdobramento do qual cada um deles é a manifestação. Eis porque não há nem pode haver uma *leitura separada de cada um dos heterônimos*. Fernando Pessoa exige e impõe uma leitura total em cada um dos momentos do seu percurso que, na realidade, não é *um percurso*, mas justamente a reiteração indefinida, ligeiramente monótona, do simples fato de que não há *percurso*...

Fernando Pessoa nunca está onde pretende estar, porque ele não está em *nenhum lugar*. Ele é o poeta do *nenhum lugar* do eu, e quando se perde de vista esse dado tão

simples fala-se com grande erudição de alguém que se chama Pessoa, mas que não tem maior relação com ele do que a do cão das ruas com o da constelação celeste. Toda a sua obra é uma imensa armadilha. Sua única desculpa – se é que ele precisa de uma – é que essa é a armadilha universal da Linguagem. Ou antes, da nossa relação com a Linguagem. Como Wittgenstein antes dele, e como puro Poeta que é, Fernando Pessoa entendeu bem que não há um Pai da Linguagem. Por isso mesmo, não há definitivamente nenhum Pai. Em lugar nenhum. Esse órfão de gênio não pôde, não quis, povoar seu deserto de pais consoladores. Por conta própria, fora de toda relação *humana*, realmente *só*, num mundo sem qualquer traço inequívoco de presença transcendente, ele tirou suas conclusões:

Grandes são os desertos, minha alma!
Grandes são os desertos.
E tudo é deserto.

O seu eu se lhe apresentou como um tonel das Danaides, um poço sem fim. Ele derramou seu coração, seu sangue, seu espírito no abismo entrevisto. O nível da sua realidade – e o da Realidade – não subiu de um grau sequer. Cinquenta anos depois da sua morte, comentado, colocado sobre um pedestal, dissecado como Dioniso – de que ele é uma das raras encarnações, juntamente com Artaud –, gostaríamos talvez de transfigurá-lo em símbolo de não sei quantas realidades substantivas, positivas, Pátria, Língua, Poesia, e outras mais. Mas seus textos continuam a recusar a deixar-se enterrar num Sentido, seja ele qual for. Tal como ele é, ficção e realidade inextricavelmente misturadas, Pessoa não pertence à ordem do mundo. Para poder sobreviver ele se deu, a si próprio, recriando com palavras do século XX o tão antigo pensamento sobre a irrealidade do mundo, uma *pluralidade de ordens incompatíveis*, interpretando assim, por sua própria conta, o papel de Deus num mundo que lhe pareceu desde muito cedo eternamente fragmentado. “Se Deus não tem unidade, como a terei eu?” Cada uma de suas “criaturas-criadores” repete sem infatigavelmente essa fragmentação original do Ser, essa espécie de impensável suicídio de Deus de quem o nosso eu carregaria ao mesmo tempo o reflexo e a nostalgia. Nesse sentido, e em tantos outros ainda, a sua verdadeira família é aquela que, de Kafka a Samuel Beckett, soube dar à nossa ausência de relações *humanas* com o Ser as faces mais tangíveis e mais insuportáveis.

De um ponto de vista humildemente humano, a vida e a obra de Pessoa configuraram um desastre colossal. Somente o milagre póstumo do seu reconhecimento é capaz de esconder seu destino de “looser” absoluto. Outros poetas viveram a sua vida como um sonho, a meio caminho entre a existência e a irrealidade. Mas poucos a viveram como absoluta e pura ficção. “Eu não só sou um sonhador, mas sou um sonhador exclusivamente”: é o que ele escreve no *Livro do Desassossego*, verdade da sua vida fictícia e ficção da sua verdade. É evidente que nós podemos inscrever facilmente o “caso Pessoa” na epopeia do “eu dividido”, tão bem evocada por Ronald Laing. Podemos mesmo desvendar o elo genealógico que une essa particular divisão do eu (ausência do

Pai, afastamento afetivo da Mãe) à sua aventura heteronímica. Mas seria um erro imaginar poder reduzir a isto o “mistério-Pessoa”. Inúmeros indivíduos vivem o seu eu como um eu dividido sem vivê-lo nesse grau, e *concretamente*, como um eu fictício. A ficção do Eu não foi para Pessoa, como ela o foi, até à náusea, para Amiel, a mera experiência de uma incansável reiteração da identidade vazia. Ela foi também a figura do Desejo infinito de realidade, que impediu para sempre o Eu de se encarcerar inteiramente em si, sob pena de encarcerar consigo o próprio Mundo. Daí talvez a atenção quase demente, na obra desse sonhador supremo, a isso a que chamamos mundo real, e que era, para ele somente, o lugar do puro Enigma.

Para poder *ser tudo* ele quis viver, até ao limite da desintegração de si, como *ninguém*. Tal era o conteúdo real da sua Ficção. No sentido mais banal do termo, Fernando Pessoa apenas existiu. A única coisa que ele levou realmente a sério foi a realidade do seu Eu como ficção. Inútil será portanto buscar *um homem* por detrás da multiplicidade das suas máscaras ou um texto por detrás de seus textos espalhados e fragmentados para sempre. Ao buscar um homem, só encontraremos textos; ao buscar o Texto, não encontraremos senão um dos *não-textos* capitais do mundo moderno. Mas essa ausência de homem, duplicada por uma ausência de texto, assinala com uma extrema violência *o lugar vazio* de uma agonia humana, de um combate cultural incomparável a qualquer outro. É sobre essa ausência, com o único fim de torná-la sensível, a nós e não a ele, que inscrevemos, com supremo desdém, o nome de *Fernando Pessoa*.

Vence, 6 de janeiro de 1985.

Tradução Teresa Cerdeira (com o assentimento do autor¹)

Querida Amiga

Aqui vai a sua tradução que muito lhe agradeço. Sei o que é traduzir uma outra língua (neste caso o francês) para a nossa língua (que são quase duas ou, pelo menos, são tons dela).

Em tempos quis traduzir-me do mesmo francês. Um ensaio sobre Montaigne. Vi-me grego. Acabei por passar a minha mulher para o fazer. Afinal com maior distância as duas versões possíveis do texto (uma em português de Portugal e outra do Brasil) são do meu ponto de vista senão mais fáceis, mais gostosas. Como é o caso.

Afectuoso abraço do seu amigo grato

Eduardo

¹ *Vence, 29 de Março de 2013, Páscoa da Ressurreição.*